



João Gago da Câmara

Paralelo 38 Que grande Trump(alhada)

É com um forte amargo de boca que a maioria de todos nós, naturais e residentes numa região fortemente emigratória, como o é a dos Açores, assiste a esta guerra sem cartel de Donald Trump à emigração (atente-se à receção que o plenipotenciário prepara ao comboio vindo da América do sul), envolvendo os portugueses originários dos Açores, mas também do continente, e outras nacionalidades que deixaram para trás os países de origem, famílias e haveres para desse outro lado do mar ajudarem a erigir a portentosa América dos nossos dias. Presentemente nos Estados Unidos da América há estabelecimentos comerciais a encerrar a atividade por não disporem de mão de obra suficiente, tal é a perseguição dia após dia do governo Trump aos emigrantes ilegais, no caso, aos desprovidos do “social security card”, embora envolvidos que muitos estão em insistentes, morosos e frustrados processos de legalização. Todos hoje estão à mercê da intemperança, da insensibilidade e perversidade deste senhor que, do ponto de vista humanitário, posicionou-se por modo próprio a léguas de distância das presidências anteriores que, inteligentemente, sobrevalorizaram sempre, e bem, o emigrante, considerando-o o braço forte da grande América de hoje. “We’re gonna make America great again!”, prometeu. Como, se foram os emigrantes a torna-la “great”, incluindo os pais ilegais de Trump, e a sua mulher, a primeira-dama, e se só com a força do trabalho deles ela permanecerá grande? Estamos a falar de um revoltante contrassenso à mistura com uma teimosia atroz, uma insensatez demais conhecida e uma impreparação para a política e para a governação de um homem que, embora sendo um empresário de sucesso, nunca chegou, nem chegará, a ser um bom governante e um bom político. É, todavia, esta criatura quem superintende aos interesses da Casa Branca e do mundo.

Falava há dias com um amigo açoriano emigrado, também ilegal mas com o processo de legalização em curso - que certamente terá resposta negativa - que me reportava que entre os açorianos ilegais do Massachusetts e de Rhode Island se vive hoje um ambiente de verdadeiro terror, havendo muitos que já nem de casa saem com medo de serem deportados por a utilização das suas cartas de condução portuguesas, válidas nos Estados Unidos da América apenas por um período de seis meses, terem caducado, e a “State Police”, a quem já foi conferido poder para deportar, estar a mandar parar carros seguidos nas autoestradas numa insana e aterradora caça ao homem. Estar no sítio errado à hora errada poderá custar uma estada forçada no estabelecimento prisional de “Darthmoth” seguida de deportação para o país de origem.

Acrescenta ainda este meu amigo açoriano ilegalmente emigrado, pessoa bem informada, que esta perseguição aos ilegais atinge também fortemente, e por implicação, entidades empregadoras, que atravessam grandes dificuldades por antes não terem problemas em empregar trabalhadores sem o “social security card”, mas apenas detentores do “tax id”, mas que os seus trabalhadores, face a sucessivas fiscalizações às empresas e colaboradores, com medo, deixaram de ir trabalhar. Dos anúncios de quase todos os dias, “jobs for you”, quatrocentas vagas anunciadas recentemente em New Bedford não obtiveram resposta. O medo falou mais alto!

Uma das maiores cadeias de supermercados da Nova Inglaterra que lida com uma preocupante falta de mão-de-obra estará a pensar voltar a admitir trabalhadores emigrantes ilegais, apenas possuindo o “tax id”, ou poderá pôr em causa a sua saúde económica.

Mais a sul, há empresas californianas de “ride share”, como a “Uber” e a “Lyft”, que empregavam mão-de-obra emigrante munida apenas do “tax id”, que, atemorizadas, deixaram de empregar. Resultado: esta fatia de trabalhadores emigrantes, que chegavam a fazer 170 horas semanais levando para casa chorudas remunerações e assim movimentando significativamente a economia local, deixou de trabalhar, e, assustados, muitos já regressam aos países de origem. Eis, pois, nestas zonas de forte emigração a economia a definir, uma vez o braço forte emigrante, ganhando pouco e em dificuldades, compra menos e desenvolve pouco. Garante-me, e a finalizar, este meu amigo emigrante ilegal que as famílias de emigrantes chegam a dividir quartos da mesma casa vivendo às vezes cinco e seis pessoas no mesmo quarto (situação revoltante!) por a árvore familiar já não ter possibilidade para arrendar mais do que uma casa de moradia.

“We’re gonna make America great again!” ... Uma ova, senhor Trump!

Sindicato propõe aumento de salários nas IPSS e Misericórdias em 2019



O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP) apresentou uma proposta para aumentos salariais e de matéria de expressão pecuniária de 3,5% para vigorar a partir de Janeiro de 2019, para os trabalhadores das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e das Misericórdias dos Açores.

A proposta foi apresentada quinta-feira à União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA) e à União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA).

“A inexistência de quaisquer au-

mentos salariais no sector nos últimos anos, a actualização anual da Remuneração Mínima Mensal Garantida entretanto verificada, acrescida na Região em 5%, e a inflação acumulada desde 2010 superior a 13%, que se traduziu numa perda substancial dos rendimentos dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias, são as razões que fundamentam economicamente a nossa proposta”, afirma a estrutura sindical, num comunicado ontem enviado às redacções. O sindicato refere estar a aguardar agora a abertura do processo negocial, tendo a URMA e a URIPSSA um prazo de 30 dias para apresentar uma contraproposta.

Autarquia da Ribeira Grande pede soluções para o concelho

O presidente da Câmara da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, aproveitou a visita que o governo regional dos Açores está a realizar à ilha de São Miguel para, numa reunião que os demais presidentes de câmara tiveram com o presidente do governo regional, mostrar preocupação com a ausência de respostas e soluções para algumas situações que se verificam no concelho.

Uma delas, adiantou o executivo camarário em comunicado, é o “estado de degradação e abandono” das instalações da antiga escola Gaspar Frutuoso, com Alexandre Gaudêncio a reforçar a “necessidade de se encontrar uma solução que reabilite toda aquela infraestrutura.”

“Já alertamos o governo regional por várias vezes e, neste momento, para além do estado em que o imóvel se encontra, trata-se já de uma questão de saúde pública face ao acumular de lixo que tem juntado roedores no espaço”, acrescentou. Gaudêncio desafiou o governo regional a acolher a proposta da edilidade para que “toda a zona seja concessionada de modo a que possa surgir algum investidor que reabilite o imóvel para fins turísticos, ou outro, falhadas que foram as duas tentativas do governo em vender o imóvel em hasta pública.”

Para além desta situação, e ainda relacionado com infraestruturas, o autarca reforçou a “preocupação

com a falta de casas para casais jovens no concelho, em especial no centro da cidade”. Outra preocupação da autarquia prende-se com a “orla marítima, em especial na freguesia das Calhetas”, desafiando o governo regional a “intervir tendo em vista a segurança de pessoas e bens”.

PS critica “falta de empenho” no combate à pobreza

Entretanto, o PS da Ribeira Grande acusou Gaudêncio de “desinteresse” na redução da pobreza na Ribeira Grande.

Segundo os vereadores do PS daquele concelho, ontem na reunião de Câmara, o autarca, do PSD, “admitiu que a autarquia não se pronunciou directamente sobre o Plano Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que esteve em consulta pública, reconhecendo, agora, que o devia ter feito”.

O PS da Ribeira Grande condena, neste sentido, “a falta de empenho” de Alexandre Gaudêncio no combate à pobreza e lamenta o desinteresse demonstrado: “Para além de não se ter pronunciado sobre uma matéria tão importante para a Ribeira Grande, Gaudêncio não se preocupou em saber que medidas estavam contempladas no plano em relação ao concelho e também não deu qualquer contributo para resolver este problema”.